

Milliet não prevê confronto

Washington — “Um ou outro banqueiro pode estar querendo tomar uma posição um pouco mais radical, isto não está totalmente afastado, mas esta não é uma tendência majoritária e nem corresponde às conversas que temos tido nos últimos dias” — disse ontem o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, pouco antes de embarcar para Nova Iorque, onde hoje vai se reunir formalmente com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores para tentar encaminhar a negociação da dívida brasileira.

Ao longo de outubro deverá se chegar a um acerto parcial com o comitê formado por representantes de 14 grandes credores, de forma que se evite a desclassificação dos créditos brasileiros no próximo dia 26, mas o Brasil não aceita a hipótese de um acordo provisório, como vinha pretendendo o governo americano. Não se espera nenhuma decisão no encontro de hoje, embora se admita que os banqueiros possam fazer contrapropostas sem, contudo, rejeitar na totalidade a proposta brasileira.

Pelo Brasil a negociação será conduzida também pelo ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, atual assessor da dívida externa no Ministério da Fazenda. Eles esperam um avanço nas negociações e o acerto de um cronograma preliminar para as próximas reuniões, que podem ocorrer dentro de uns dez dias. As informações provenientes de Nova Iorque, segundo as quais os credores rejeitarão toda a proposta, foram recebidas,

com ceticismo por Milliet.

Caso haja esta radicalização, porém, não é interesse do Brasil fechar novamente as portas das negociações. “Fechar não fecha, mas é claro que aí seria exigido um esforço maior” — observou. Comentou também que estas notícias podem ter origem no uso de declarações para influir na opinião pública, pois os bancos não gostaram da divulgação da proposta pelo Brasil mas, pelo que se está vendo, eles sabem muito bem trabalhar a área da comunicação, tentando influir nos resultados.

Os principais pontos de controvérsia que podem surgir, na opinião de Milliet, dizem respeito ao montante de refinanciamentos pedido pelo Brasil para os juros, da ordem de 10,4 bilhões de dólares; o prazo incluído neste refinanciamento, englobando este ano, o próximo e 1989; e as taxas de risco (spreads) e de juros, que o Brasil acha necessário reduzir bastante. Há interesse também em acertar o volume de recursos que o País espera receber de fontes oficiais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o próprio FMI e as agências governamentais representadas pelo Clube de Paris.

“É provável que eles sugiram uma redução no volume a ser financiado com base na expectativa de que o Brasil venha a ter uma capacidade de pagamento maior do que estamos projetando, em consequência de maiores saldos na balança comercial” — prevê o presidente do Banco Cen-

tral. Quanto às agências oficiais, sua posição é que no momento é impossível contar com determinado volume de crédito do FMI e do Clube de Paris, e com o Banco Mundial o fluxo neste exercício já está muito maior do que antes.

Caso hajam novos ingressos de recursos externos, entretanto, a intenção brasileira é utilizar os dólares ou em projetos de desenvolvimento ou em aumento das reservas internacionais, sem transferi-los de volta aos bancos privados para pagamento de juros. Milliet espera ter acertado novamente o passo com o Clube de Paris até o fim do ano, começando janeiro com um novo acordo já que até lá as precondições já existirão.

Diante da colocação de que o Brasil teria colocado dois “bodes” na negociação, representados pelo pedido de spread zero e pela inclusão de 1989 no refinanciamento dos juros, o presidente do Banco Central chegou a admitir que se poderia voltar atrás em alguns aspectos destes itens. “Pode até ser, mas não acho que seja tão absurda assim a inclusão dos juros de 1989, inclusive porque este ano já está acabando e com isso, na prática, só estaremos acrescentando mais dois anos”.

Este prazo é considerado por ele como essencial para que se fuja das negociações anuais, que já estariam provocando “fadiga” nos dois lados. “Dois anos representam um prazo suficiente para se assentar as bases de um futuro acordo mais global” — observou.